

MUNDOS DO TRABALHO

Publicação eletrônica semestral do GT “Mundos do Trabalho” - ANPUH

Dossiê

Trabalho, saúde e medicina na América Latina

Organização

Adriano Luiz Duarte
e Óscar Gallo



“Los obreros son los primeros interesados en prevenir las causas del accidente”

Apoio logístico
UFSC

Janeiro/Junho 2015
Volume 7 - Número 13

Apoio institucional
Programa de Pós-Graduação em
História, Cultura e Práticas Sociais
DEDC - UNEB - Campus II

FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ Adriano Luiz Duarte e Óscar Gallo

EDITOR DO NÚMERO David Lacerda

REVISÃO DE TEXTO 2Designers

PROJETO GRÁFICO Virgínia Loureiro

DIAGRAMAÇÃO 2Designers

COLABORARAM COM ESTE NÚMERO Adriana Alzate (Universidad del Rosario), Alexandre Fortes (UFRRJ), Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (UFPE), Ana Flávia Magalhães Pinto (UNICAMP/Pós-doutoranda), Andrea Norma Andújar (Universidad de Buenos Aires), Álvaro Villegas (Universidad Nacional de Colombia), Daniela Fernanda Sbravati (UFSC), Edinaldo Antonio Oliveira Souza (UNEB), Fernanda Rebelo (IHAC/UFBA), Fernando Teixeira da Silva (UNICAMP), Hernán Gustavo González Bollo (CONICET/IEHS), Iran Oliveira Buriti (UFMG), Júlio da Silva (UEA), Karina Inés Ramacciotti (UBA/CONICET), Keila Auxiliadora de Carvalho (UFVJM), Larissa Correa (PUC-Rio), Luis Gustavo Cota (FADIP), Maria Fernanda Vásquez (UFSC), Patrícia Sampaio (UFAM), Petrônio Domingues (UFS), Sheille Freitas (UNIOESTE), Simone Kropf (FIOCRUZ), Stefan Pohl-Valero (Universidad del Rosario), Vinícius Rezende (UFBA)

MUNDOS DO TRABALHO

Publicação eletrônica semestral do GT “Mundos do Trabalho” - ANPUH

GRUPO DE TRABALHO “MUNDOS DO TRABALHO”
(<http://gtmundosdotrabalho.org/>)

Coordenação Nacional

César Augusto Bubolz Queirós

Coordenações Estaduais

Amapá

Adalberto Paz

Amazonas

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Davi Avelino Leal

Bahia

Vinicius de Rezende

Mato Grosso do Sul

Vitor Wagner Neto de Oliveira

Paraná

Antônio de Pádua Bosi

Rio Grande do Sul

Melina Kleinert Perussatto

Nauber Gavski da Silva

Santa Catarina

Adriano Luiz Duarte

São Paulo

Dainis Karepovs



Apoio logístico
Programa de Pós-graduação
em História da UFSC

Janeiro/Junho 2015
Volume 7 - Número 13



Apoio institucional
Programa de Pós-Graduação em História,
Cultura e Práticas Sociais
DEDC - UNEB - Campus II

EQUIPE EDITORIAL

EDITORES

Adalberto Paz

Universidade Federal do Amapá, Brasil

Aldrin Castellucci

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

David Lacerda

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Lara de Castro

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Laura Candian Fraccaro

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Luiz Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Nauber Gavski da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Paulo Cruz Terra

Universidade Federal Fluminense

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Fortes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Antonio Luigi Negro

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Barbara Weinstein

New York University, Estados Unidos da América do Norte

Beatriz Ana Loner

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Beatriz Mamigonian

Universidade Federal de Santa Catarina

Claudio Henrique de Moraes Batalha

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Dick Geary

Nottingham University, Reino Unido

Flavio dos Santos Gomes

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Henrique Espada Lima

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

John D. French

Duke University, Estados Unidos da América do Norte

José Ricardo G. P. Ramalho

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

José Sérgio Leite Lopes

Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Juan Suriano

Marcel Van Der Linden

International Institute of Social History, Holanda

Marcelo Badaró Mattos

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Marco Aurélio Santana

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Maria Célia P. M. Paoli

Universidade de São Paulo, Brasil

Michael McDonald Hall

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Michel Ralle

Université Paris-Sorbonne, França

Mirta Zaida Lobato

Universidad de Buenos Aires, Argentina

Norberto Osvaldo Ferreras

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Prabhu Mohapatra

University of Delhi

Sidney Chalhoub

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Vitor Wagner Neto de Oliveira

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasil

GERENTE

Henrique Espada Lima

Trabalho, saúde e medicina na América Latina

Adriano Luiz Duarte*

Óscar Gallo**

5

Na primeira metade do século XX, consolidou-se na medicina um campo de conhecimento diretamente preocupado com a saúde dos trabalhadores. Em contraste com a higiene social e os esforços característicos da saúde pública, a medicina do trabalho visava prevenir os acidentes de trabalho e diagnosticar doenças que afetavam especificamente os trabalhadores. Embora as razões para o surgimento da medicina do trabalho variem de um país para outro, as pesquisas recentes sugerem que houve avanços definitivos nesse campo a partir da década de 1930.

A medicina do trabalho contrasta com outras áreas da medicina, principalmente porque seu objeto de estudo são cidadãos-trabalhadores, amparados por certos direitos sociais. Pode-se contestar essa ideia dizendo que a figura do operário doente se espalha pela literatura médica desde o século XIX, ou que crianças, mulheres e operários estiveram no âmago das discussões médico-sociais de todo o período. Ou ainda, que no quadro das polêmicas sobre a degeneração da raça, não havia muita diferença na abordagem de todos esses setores sociais, de modo que as fronteiras entre a definição de trabalhadores e de pobres não estava muito clara.

Nas linguagens médica e política, provavelmente persistiam elementos desse outro lugar do “operário”. Porém, um dos pilares da medicina do trabalho, da discussão sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais, foi um grupo de sujeitos diferenciados pelos direitos sociais, concretamente, pelo direito de receber indenizações por acidentes e danos fisiológicos e psíquicos produzidos pelo trabalho.

Ao debruçar-se sobre as fontes acerca do trabalho, observa-se que desde os anos 1920 não era mais possível colocar os operários ao mesmo nível de outros grupos sociais ou de cidadãos vulneráveis, com vidas tuteladas e cidadanias fragilizadas ou negadas. Os direitos sociais tornaram os indivíduos trabalhadores radicalmente diferentes, assim como suas patologias concretas. Como afirmou uma matéria de 1916, “de todo o modo, é satisfatório ver que, ao fim, está o

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

** Historiador de la Universidad Nacional de Colombia – Sede Medellín (2004), magister em História – Universidad Nacional de Colombia - Sede Medellín (2010) y doctor en historia de la Universidad Federal de Santa Catarina (2015). Actualmente es profesor de la Universidad Eafit e investigador de la Escuela Nacional Sindical de Colombia.

operário, em vias de ser considerado como elemento importante na maquinaria social”.¹

Coerente com essa cidadania social, refletir sobre o discurso médico e sobre os trabalhadores significou também refletir acerca das doenças e a maneira com estas se inserem no horizonte da sociedade latino-americana da primeira metade do século XX. Mas não é possível pensar a doença ignorando sua historicidade. Do ponto de vista clínico, as doenças profissionais são, evidentemente, a consequência do silencioso processo de deterioração do corpo depois de anos de trabalho. O antropólogo Andras Zempléni lembra que a doença é um acontecimento individual e social que deixa traços na vida do indivíduo e da sociedade, mais do que uma doença meramente profissional. Nas palavras do autor “a historicidade individual da doença se apoia em sua historicidade social”.²

Além desses aspectos, o que parece escapar ao raciocínio de muitos pesquisadores é a utilidade da história para compreender tanto o passado como os desafios do presente no que diz respeito à saúde dos trabalhadores. Nas últimas décadas, pesquisas históricas acerca das doenças dos trabalhadores têm influído nas ações reivindicatórias por parte de diferentes agentes sociais nos Estados Unidos, Bélgica, França, Itália. Assim, David Rosner e Gerald Markowitz afirmam que o historiador pode ter um papel central nas decisões da justiça sobre as doenças profissionais e o meio ambiente, ou nas decisões sobre as políticas públicas em matéria de risco. Para eles, “o poder dos arquivos é impressionante” em casos de patologias ligadas ao tabaco, ao amianto, à radiação e a outras substâncias tóxicas. Os livros de Rosner e Markowitz, sobre a silicose e os pigmentos a base de chumbo, de fato, reavivaram nos anos 1990 a discussão sobre as patologias dos trabalhadores e a responsabilidade dos industriais do setor, tanto com os trabalhadores quanto com a sociedade civil.³

Portanto, a maneira de legitimar as doenças profissionais está vinculada às formas de percepção do mundo do trabalho e do trabalhador. Ainda que desafortunadamente, como no começo do século XX, predomine a ideia de que a intervenção no mundo do trabalho é feita por meio de mecanismos de gestão ou mitigação de riscos; ainda que os limiares de exposição a produtos danosos sejam considerados normais e inerentes ao trabalho; ainda que o tributo à fatalidade e ao sacrifício apareça como a essência mesma do trabalho; as indenizações por acidentes e doenças profissionais acabam sendo o direito que todos os trabalhadores têm pela inevitável deterioração de seu corpo. Os aspectos negativos e prejudiciais ao trabalho têm se naturalizado de tal forma que em muitos casos as reivindicações dos trabalhadores e da sociedade gravitam sobre um número limitado de alternativas ou de ações positivas. A discussão deveria apontar menos para a atenuação dos riscos industriais e mais para a procura da substituição das indústrias, materiais e métodos, cuja sobrevivência continua a colocar um preço sobre a vida ou a expectativa de vida dos trabalhadores.

A ideia do dossiê **Trabalho, saúde e medicina na América Latina** surgiu justamente da necessidade de contribuir para o conhecimento das crises, obstáculos e avanços para o melhoramento efetivo das condições de saúde dos trabalhadores do continente. Mais do que exemplos ilustrativos, o leitor pode

1 ANONIMO. En favor del obrero. *El Sol*, 1419. ed., 1916, p. 2.

2 ZEMPLÉNI, Aras. “Entre “sickness et “illness”: De la socialisation a l’individualisation de la “maladie”. *Social Science & Medicine*, v. 27, n. 11, p. 1171-1182, 1988, p. 1172.

3 ROSNER, David; MARKOWITZ, Gerald. “L’histoire au prétoire. Deux historiens dans les process des maladies professionnelles et environnementales”. *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, v. 56, p. 227-253, 2009.

encontrar nos artigos deste dossiê alguns sinais históricos do longo processo de reconhecimento do corpo do trabalhador e a identificação e legitimação dos acidentes e doenças do mundo do trabalho. Igualmente, pode-se aproximar ao processo de configuração da medicina do trabalho e da legislação trabalhista. Também pode observar a paulatina apropriação de discursos provenientes da medicina e do direito em diferentes âmbitos sociais.

Assim, Diego Armus analisa o processo mediante o qual a discussão médica sobre a tuberculose na Argentina, começou a identificar diversos fatores associados ao mundo do trabalho como possíveis causadores da doença. Questões como a fadiga ou as condições de trabalho são descritas como parte desse processo constitutivo da doença do trabalho.

Liane Bertucci mostra a forma como o discurso médico premeu e enriqueceu as discussões e ações dos operários paulistas de começos do século XX. Nesse sentido, como afirma a autora em outra pesquisa, a saúde vem a ser uma arma revolucionária. Nesse artigo ela enfatiza a saúde da mulher e da criança.

Sandra Caponi analisa a forma como perceberam o corpo do trabalhador duas figuras representativas da história Argentina: José Ingenieros e Bialét Masse. Neles observa uma clara posição antagônica. A visão de Ingenieros, claramente expressão do século XIX, associa fatores como fadiga e pobreza, ao passo que Biale Masse se antecipa quase duas décadas às reflexões de Alfredo Palácio sobre a fadiga, introduzindo uma nova forma de ver a força do trabalho e o corpo do trabalhador.

Anna Beatriz de Sá Almeida se concentra principalmente na Era Vargas, descrevendo a complexidade do processo de configuração tanto da medicina do trabalho como dos discursos acerca das doenças dos operários.

Jorge Marquez analisa a figura do médico nas primeiras décadas do século XX. Percebidos como parte de um processo de profissionalização da medicina e “normalização da arte médica”. Numa frase, o médico é apresentado também como trabalhador.

Óscar Gallo problematiza a doutrina, a lei e a jurisprudência sobre os acidentes de trabalho na Colômbia entre 1915 e 1946. Baseado em teses de médicos e advogados propõe que houve múltiplas causas para o funcionamento deficiente da primeira lei para a saúde dos trabalhadores, além da conhecida crítica à pobre abrangência da lei que vários historiadores têm destacado.

Patricio Herrera analisa a realização das três primeiras conferências do trabalho. Trata-se de avançar no conhecimento dos vínculos da OIT com o movimento operário na América Latina. Embora o tema da saúde não tenha sido objeto direto da análise, o texto permite compreender o contexto internacional de circulação, transferência e apropriação dos debates sobre o mundo do trabalho e a legislação trabalhista.

Finalmente, Ana Beatriz Ribeiro analisa a pressão produtiva da ditadura militar brasileira e em consequência o crescimento exponencial dos índices de acidentes e doenças do trabalho. Trata-se de compreender tanto o papel dos trabalhadores na ditadura quanto os efeitos do crescimento econômico sobre a saúde dos trabalhadores.

Refletir sobre a saúde do trabalhador e sobre a constituição de um novo campo de saber, a medicina do trabalho implica, sobretudo, em problematizar as complexas relações entre trabalhadores, Estado e patrões. Ao longo deste dossiê fica evidente que o tema da saúde do trabalhador é central para qualquer noção de direitos – sociais, mas também civis – de cidadania que seja digna desse nome. Fica evidente também que os caminhos dessa conquista são tortuosos, cheios

de atalhos, perigos e veredas inesperadas e que se, na maior parte dos casos, o Estado é central como fiador desses direitos; a sua conquista e manutenção é obra dos próprios trabalhadores.